



ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE CULTURA SUPERIOR – SOCULTURAS  
**INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ**  
Recredenciado pela portaria do Ministério da Educação nº1.520, publicado no D.O.U. em 26 de dezembro de 2016

ISSN – 2317-2487

Θ ϕ

**REVISTA**

TEÓFILO

REALISMO E ANTI-REALISMO EM JOHN R. SEARLE

Gerson Albuquerque de Araújo Neto\*  
Gildeon Oliveira do Vale\*\*

**RESUMO**

Considerando o contexto epistemológico contemporâneo, o presente artigo trata do realismo externo e da oposição feita a ele pelo antirrealismo, tanto em suas versões ligadas ao idealismo, quanto na versão ligada ao perspectivismo e suas derivações principais. No contexto desse debate, assume-se o posicionamento e os argumentos de John R. Searle. Apresentam-se os conceitos de posição-padrão e de pano de fundo como fundamentos para defender o realismo contra os desafios propostos pelo antirrealismo.

**Palavras-chave:** John Searle. Iluminismo. Realismo externo. Antirrealismo. Perspectivismo. Posição-padrão. Pano de fundo.

**ABSTRACT**

Considering the contemporary epistemological context, this article is about the realism and the opposition made to him by the anti-realism, both in their idealism related versions, as in version connected to their main derivations and perspectivism. In the context of this discussion, assume the position and the argument of John R. Searle. Presents the concepts of standard-position and background as grounds to defend the realism against the challenges proposed by anti-realism.

---

\* Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, licenciado em Filosofia – UFPI, especialista em Administração de Recursos Humanos – UFPI, mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutor pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Endereço eletrônico: [gerson-albuquerque@uol.com.br](mailto:gerson-albuquerque@uol.com.br)

\*\* Especialista em Teoria do Conhecimento pela Universidade Feral do Piauí – UFPI. Mestrando em filosofia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Endereço eletrônico: [gildeonvale\\_filo@yahoo.com.br](mailto:gildeonvale_filo@yahoo.com.br)

**Keywords:** Enlightenment. External realism. Anti-realism. Perspectivism. Idealism. Standard-position. Background.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre o século XVII e o início do século XX, perdura no Ocidente a crença de que o Universo estaria disponível ao conhecimento humano. Há nele certa inteligibilidade, não mais parecendo um caos, uma obscuridade. O Universo é inteligível e, graças aos crescentes avanços e descobertas, tem-se a sensação de conhecê-lo cada vez mais. Há uma promessa de desvendar tudo o que antes aparecia como mistério. O progresso do conhecimento não é, de fato, uma promessa gratuita, e figuras geniais aparecem como seus realizadores.

Nicolau Copérnico, ainda no século XVI, apresentara os primeiros ensaios do triunfo da ciência sobre o Universo. Ele desafia o sistema geocêntrico ptolomaico do Universo, e logo se lança contra ele a reação da Igreja e dos escolásticos. A autoridade religiosa se percebe desafiada em sua visão do Universo. Outro crítico do sistema geocêntrico foi Galileu Galilei (1564-1642), defensor da visão de Copérnico e também um dos homens a arquitetar a moderna física e a moderna astronomia. De sua mente nasce a aplicação da matemática como linguagem da física e do experimento como base empírica da ciência. Isaac Newton (1642-1727) formaliza a mecânica de Galileu e cria uma teoria geral unificada do movimento, consolidando o formalismo matemático. Seu trabalho é paradigmático para a ciência moderna e para a compreensão geral do universo.

Segundo John R.Searle, incluem-se nesse triunfo da visão científica até pensadores “subversivos” como Freud, “que pensava estar criando uma ciência da mente” (SEARLE, 2000, p.11) e Marx, com “uma ciência da história e da sociedade” (Ibidem). Ou seja, o projeto de desvendar o Universo pela ciência faz dela, mais do que um instrumento, uma forma de ver o mundo. Essa visão avança não só no universo físico dos corpos, mas nos enigmas da psique e da vida social, que antes eram apenas objetos de especulações.

Todo esse processo incorpora o espírito do que se pode chamar de Iluminismo, que, segundo Immanuel Kant, consiste “na saída do homem de sua menoridade [...] incapacidade de fazer uso do entendimento sem a condução de um outro” (citado em WEFFORT, 1990, p.83). Assim, o Iluminismo faz o homem deixar a tutela de seus guardiões. Num contexto histórico, isso equivale a pensar e produzir um saber do mundo sem a autoridade do passado, sobretudo o passado medieval. É contra esse passado de obscurantismo que os iluministas se

afirmam. As grandes narrativas da ciência são isso: “emancipação pela revolução ou pelo saber” (ROUANET, 1987, p.21) integrando a totalidade de um projeto de uma generosa proposta de emancipação do homem:

Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e tolerância [...] Mostrou o caminho para que nos libertássemos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem, e não de um saber cego, seguindo uma lógica desvinculadora de fins humanos. Sua moral era livre e visava uma liberdade concreta, valorizando como nenhum outro período, a vida das paixões e pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pelo Estado, o fiel não fosse oprimido pela religião, e a mulher não fosse oprimida pelo homem. Sua doutrina dos direitos humanos era abstrata, mas por isso mesmo universal, transcendendo os limites do tempo e do espaço, susceptível de apropriações sempre novas, e gerando continuamente novos objetivos políticos. (ROUANET, 1987, p.27).

Como bem se evidencia no texto de Rouanet, o Iluminismo não representou um evento qualquer na história do ocidente, mas um momento ímpar. Passados três séculos, nada ainda encontrou o seu lugar, nem se solidificou, o que denota o vigor do projeto iluminista e a dimensão que ele se propôs. Antes de tudo, é uma indicação de caminho para a humanidade — o fim das tiranias, das opressões, dos temores irracionais. Isso expõe os iluministas como consciência histórica que se autodetermina (e se nomeia como prova disso) como progresso e que tem consciência das recusas que fez. Além de uma indicação de caminhos, o movimento das luzes também significou a afirmação de uma possível condição da humanidade frente ao mundo, que é a condição de operar o próprio destino.

Porém, como dito, em três séculos as promessas não se efetivaram e, dramaticamente, sobreveio uma desesperança e uma suspeita sobre a racionalidade humana e a empreitada científica, fundamentos do Iluminismo. Essa suspeita lança algo como uma crise sobre a razão iluminista, contestando seus principais alicerces, a inteligibilidade do mundo e a nossa capacidade de conhecê-lo.

## **2 A CRISE DA RAZÃO ILUMINISTA**

Conforme Searle: “A partir das primeiras décadas do século XX, certo número de eventos intelectuais e outros, veio desafiar e enfraquecer esse otimismo tradicional a respeito da natureza das coisas e de nossa capacidade de compreender essa natureza” (2000, p.12). Esses eventos consistem nos ataques à razão, na contestação de suas certezas e de sua capacidade, bem como na denúncia da ciência para fins de dominação e de destruição, que

tomam o sentido oposto da promessa de libertação e de excelência. A razão, exaltada como princípio das luzes, teria desembocado no modelo de sociedade técnica que submete o homem a uma racionalização opressora de sua criatividade, redutora dos limites de sua manifestação estética e subjetiva. Nesse sentido, os filósofos românticos do século XIX parecem ter previsto tal destino, que, segundo Searle (Ibdem), teria seu evento mais trágico na Primeira Guerra Mundial, um golpe psicológico definitivo no otimismo das *Luzes*.

Searle foca sua atenção nos desafios intelectuais à visão iluminista. Para ele, a lista de ataques é exaustiva. Destaca oito eventos dessa lista. Primeiro, a teoria da relatividade de Albert Einstein, que “ameaçou nossas pressuposições mais fundamentais sobre espaço e tempo, e sobre matéria e energia” (SEARLE, 2000, p.12). Segundo, a descoberta dos paradoxos da teoria dos conjuntos, que põe contra a parede a racionalidade da matemática. Terceiro, a psicanálise freudiana do inconsciente irracional. Com impacto considerável nas diversas áreas que tratam do conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, a teoria freudiana afirma a impossibilidade da racionalidade. Quarto, a prova da incompletude de Kurt Gödel, “que parecia desferir outro golpe na matemática” (SEARLE, 2000, p.13) e em seu conceito para “verdadeiro”. Quinto, a mecânica quântica, indicando a indeterminação da realidade física e o papel criativo de seu observador. Já no final do século XX, houve um sexto ataque, este direto e aberto contra a ciência, feito por pensadores como Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, que argumentam que a própria ciência estava corrompida pela arbitrariedade e pela irracionalidade (SEARLE, 2000, p.13). Cita Ludwig Wittgenstein como autor de um sétimo golpe, que, a partir de sua teoria, nega os padrões universais de racionalidade. Assim, o discurso científico seria mais um dos jogos de linguagem, com seus padrões internos. Nele vigora nenhuma essência definidora da linguagem, sendo que o contexto delimita a significação do discurso. Então, o discurso científico não teria mais o caráter universal. Apesar de sinalizar a existência de vasta lista de ataques à racionalidade iluminista, Searle encerra com um oitavo caso: a negativa de vários antropólogos sobre a existência de uma racionalidade universalmente válida. Fundamentados em estudos de caso, estes afirmam uma diversidade de culturas e de racionalidades. Por fim, Searle fecha seu diagnóstico dizendo: “Versões similares do relativismo se tornaram comuns nos movimentos intelectuais coletivamente conhecidos como ‘pós-modernismo’. Os pós-modernistas se consideram desafiadores da visão iluminista” (SEARLE, 2000, p.13).

Esses casos todos, Searle cita-os para ilustrar o cenário epistemológico predominante no século XX, que desafia a visão iluminista do homem e do mundo. Essa visão equivale ao

*realismo*, à defesa da inteligibilidade do mundo e à afirmação da nossa capacidade de conhecê-lo. Searle chega a responder brevemente a quase todos os casos apresentados como ataques à racionalidade, mas não se alonga nessa tarefa. Ao invés disso, reúne-os em seu significado comum, já que todos eles conduzem ao relativismo e ao irracionalismo. Portanto, seu projeto é responder ao desafio dessa tendência. Conforme suas palavras:

Quero usar o período contemporâneo de confusão como uma oportunidade de me lançar a uma empreitada filosófica muito tradicional para explicar vários fenômenos aparentemente diversos, de modo a demonstrar sua unidade subjacente. Não acredito que vivemos em dois mundos, o mental e o físico — e menos ainda em três mundos, o mental, o físico e o cultural —, mas sim em um só mundo, e quero descrever as relações entre algumas das muitas partes desse único mundo. Quero explicar a estrutura geral de várias partes mais enigmáticas da realidade do ponto de vista da filosofia. Especificamente, quero explicar alguns aspectos estruturais da mente, da linguagem e da sociedade, e então mostrar como eles se encaixam. Meu objetivo, portanto, é prestar uma modesta contribuição à visão iluminista. (SEARLE, 2000, p.15-16).

Desse projeto, destacamos o estudo das *posições-padrão*, fundamental para melhor compreendermos a relação entre realidade, verdade e pensamento. É o caminho pelo qual Searle pretende afirmar seu apoio ao realismo e à teoria da verdade como correspondência, respondendo quatro desafios principais ao realismo e montando a estrutura lógica da situação que se impõe ao realismo.

### **3 REALISMO E ANTIREALISMO**

Objetivando defender o realismo, Searle toma como fundamento as *posições-padrão*, “as opiniões que temos antes da reflexão, de modo que qualquer desvio delas exige um esforço consciente e um argumento convincente” (SEARLE, 2000, p.18). Elas constituem pontos de vista tão aceitos que nem deveriam chamar-se “pontos de vista”, nem “hipótese”, nem “opinião”. Posições-padrão são como o *Pano de Fundo* de nosso pensamento e de nossa linguagem, contra as quais se voltam grande parte dos filósofos, pois “quando começamos a fazer filosofia, somos quase inexoravelmente levados a negar coisas que todos sabemos serem verdadeiras” (SEARLE, 2000, p.17) e a buscarmos para seu lugar algo revolucionário. Disso resulta já uma tendência nos pretendentes à filosofia em ter sempre (e desde o início) de duvidar do real, de desafiar todo o homem comum e sua percepção do mundo.

Por serem as posições-padrão coisas que todos (filósofos ou não) sabemos ser verdadeiras, falar delas parece um exercício de falar do óbvio. Mas faz-se necessário falar

delas, porque a obviedade só aparece quando a tomamos por consideração e, sobretudo, porque elas são o alvo predileto de um bom número dos filósofos que desafiam o realismo. Também quando as consideramos, nos damos conta de que não são *senso comum*. O Pano de Fundo é “muito mais fundamental do que o senso comum” (SEARLE, 2000, p.20). O senso comum é mais uma questão de crença naquilo que se difunde e que não se questiona, uma adesão às opiniões comuns, às quais o Pano de Fundo é anterior. Posições-padrão são nossas pressuposições de Pano de Fundo. Searle apresenta as seguintes posições-padrão principais:

- Há um mundo real que existe independente de nós, independente de nossas experiências, pensamentos, linguagem.
- Temos acesso perceptivo direto a esse mundo por meio de nossos sentidos, especialmente o tato e a visão.
- As palavras de nossa linguagem, palavras como *coelho* ou *árvore*, têm em geral significados razoavelmente claros. Por causa de seus significados, podem ser usadas para nos referirmos aos objetos reais do mundo e para falarmos sobre eles.
- A causalidade é uma relação real entre objetos e estados de coisas no mundo, uma relação pela qual um fenômeno, a causa, provoca o outro, o efeito. (SEARLE, 2000, p.18).

Sobre todas essas posições-padrão, a título de comparação, é preciso notar que se distanciam do senso comum. Nenhuma se assemelha a algo como dizer “gato preto dá azar” ou quaisquer outras manifestações de crendices e preconceitos.

Quando se dão nossos pensamentos, falas ou ações, algo está pressuposto sobre a sua relação com a realidade, um *Pano de Fundo* anterior a uma teoria. A esse *Pano de Fundo* chamamos *realismo externo*, que consiste em afirmar a existência do mundo real independente de nós e no fato de que ele será falso ou verdadeiro conforme sua correspondência com as coisas no mundo (SEARLE, 2000, p.21). Realismo externo e teoria da verdade como correspondência com a realidade, são uma obviedade que afirma a existência do mundo e a possibilidade de conhecê-lo. Assim, inteligibilidade e racionalidade estão pressupostos quando pensamos, falamos ou agimos. De tal modo, o mundo existe fora de nossas representações, e é condição para elas. Há fenômenos (dinheiro, propriedade, jogos) no mundo que não independem da mente. Mas há outros fenômenos (árvores, vírus, elementos químicos) que independem da mente para existirem, isso de modo absoluto. São estes os fenômenos aos quais o realismo externo se refere. Eles são condições primeiras para o pensamento. Como bem diz Searle: “todos os nossos pensamentos, sentimentos, opiniões, linguagem, discurso, textos e assim por diante” (2000, p.22) são possíveis apenas, porque há esse mundo real e totalmente independente de nós, o que é tão óbvio que chega a ser um embaraço ainda ter que justificá-lo e discuti-lo. O mesmo realismo externo acompanha-se da

noção de verdade como correspondência, o que parece igualmente óbvio. Ora, se pensamos e falamos do mundo, é intencionando uma correspondência, referenciando seus objetos e fatos em nossos pensamentos e discursos. Essa relação de correspondência resulta como relação de causa e efeito.

Há filósofos que recusam abertamente essas teorias do realismo externo e da verdade como correspondência entre pensamento e mundo, e há outros que o fazem de outras formas, como nas teorias do “construtivismo, pragmatismo, desconstrutivismo, relativismo, pós-modernismos e assim por diante” (SEARLE, 2000, p.23). De modo geral, qualquer postura de rejeição do realismo tem que responder ao desafio da seguinte estrutura lógica:

1. Suponhamos que o realismo externo seja verdade. Nesse caso, existe um mundo real, independente de nós e de nossos interesses.
2. Se existe um mundo real, então existe um modo como o mundo realmente é. Existe uma maneira objetiva como as coisas são no mundo.
3. Se existe uma maneira como as coisas realmente são, então deveríamos ser capazes de dizer como são.
4. Se podemos dizer como as coisas são, então aquilo que dizemos é objetivamente verdadeiro ou falso dependendo de nosso êxito ou fracasso em dizer como são. (SEARLE, p.23-24).

O antirrealismo, porém, não é invenção do século XX, já se apresentando em Berkeley, chamando-se tradicionalmente de idealismo, que reduz a realidade às ideias. Ou seja, as ideias seriam a única realidade. O real seria representação, um estado de consciência. Outros filósofos, de outras formas, partilham do idealismo, como Kant e Hegel. O antirrealismo do final do século XX, porém, tem motivação distinta daquele do passado. Anteriormente, o problema era o ceticismo, que causava grande incômodo. Em resposta ao problema levantado pelo ceticismo, ou melhor, pela ausência de resposta, foi que surgiu o idealismo. Segundo a alegação cética, as provas possíveis, até a mais perfeita delas, não garantem que não estejamos errados, ou talvez alucinados, ou ainda que sejamos um cérebro numa cuba. Pensavam os idealistas que sua proposição essencial de reduzir a realidade às aparências sistemáticas — lançando as ilusões no campo das aparências não coerentes — removia o ceticismo.

O antirrealismo do final do século XX, como dito, não tem no ceticismo sua preocupação fundamental. Ainda que o antirrealismo contemporâneo tenha uma motivação difícil de ser identificada, Searle aponta o *perspectivismo* como fio para sua compreensão. “O perspectivismo é a ideia de que nosso conhecimento da realidade nunca é ‘sem mediação’, é sempre mediado por um ponto de vista, por um conjunto específico de predileções ou, pior

ainda, por motivos políticos sinistros, como a fidelidade a um grupo ou ideologia política” (SEARLE, 2000, p.26). Dessa condição de mediação do conhecimento, supõe-se, então, a negação da existência do mundo real. Assim, diz Searle, o antirrealismo apresenta-se “tímido” e “evasivo”, quando em contraste com a alegação brutal e crua (Ibdem) da posição-padrão. Afinal, a alegação do perspectivismo não parece ter força frente a “um mundo de montanhas, oceanos, galáxias e assim por diante” (SEARLE, 2000, p.26). Argumentos como “mente e mundo se criam mutuamente” (Hillary Putnam), “os textos delimitam o mundo” (Jaques Derrida), ou “a realidade se estabelece mediante fronteiras de preferências” (Nelson Goodman) são derivações do perspectivismo, e sofrem, segundo Searle (2000, p.27) de relativa debilidade.

Não obstante a aparente fraqueza dos argumentos sustentados contra o realismo externo, temos quatro principais posições que merecem ser vistas e refutadas. Elas apresentam quatro desafios ao realismo. O primeiro desses desafios é o próprio perspectivismo, que, como já dissemos, afirma a impossibilidade de se falar na realidade senão por mediações. “Ninguém nunca vê a realidade diretamente como ela é em si” (SEARLE, 2000, p.28) e, por isso, tudo que se diz sobre ela está sempre sujeito a um ponto de vista. Searle acusa essa pressuposição de injustificada, uma vez que supõe que “conhecer a realidade diretamente como ela é exige que ela seja conhecida a partir de nenhum ponto de vista” (SEARLE, 2000, p.29). Assim, parece que o perspectivismo, apesar de considerar inteligível falar em “conhecer diretamente a realidade”, diz que é impossível fazê-lo, desconsiderando que “conhecer diretamente a realidade” pode muito bem ser uma das possíveis perspectivas de conhecê-la. A rigor, diz Searle, ainda que não o percebam ou não o admitam, os defensores do perspectivismo dizem algo compatível com a objetividade epistemológica (SEARLE, 2000, p.29). Numa tentativa de sobreviver, o perspectivista aponta que no conhecimento há a mediação da linguagem, enraizando os fatos em esquemas conceituais. Aqui, vale uma refutação equivalente à anterior: afirmar a necessidade de um vocabulário para fazer referência aos fatos não implica que os fatos não existam de modo independente da linguagem.

A relatividade conceitual é outro desafio que se põe ao realismo, derivada do perspectivismo. Nesta, dizem: “Não existe fato, exceto em relação a um esquema conceitual, e, portanto, não há mundo real, exceto em relação a um esquema conceitual” (SEARLE, 2000, p.30). O problema dessa alegação está em ignorar que, se diferentes esquemas conceituais podem parecer incoerentes, o são apenas por tomarem diferentes referenciais e apenas se os

comparamos uns com os outros. Isso ocorre, por exemplo, entre sistemas de medidas. No exemplo dado (SEARLE, 2000, p.31), pesar 160 libras num sistema e 70 quilos em outro, apenas denota dois pesos igualmente reais e verdadeiros, cada um num sistema. E isso não nega que haja um peso real. Além disso, prevalecem os sistemas conceituais perfeitamente coerentes com a realidade a que se referem e à qual se propõem descrever.

O terceiro desafio é o argumento da história da ciência, originado em Thomas Kuhn, para quem “a ciência não avança pelo constante acúmulo de conhecimento; pelo contrário, ela avança por uma série de revoluções” (SEARLE, 2000, p.31), o que, para muitos, significa que a ciência, ao invés de descrever uma realidade existente, cria realidades, de tal forma que um sistema revolucionário nem mesmo parece dialogar com o antigo. Esse argumento não se sustenta porque, ainda que o admitamos como verdade, ele seria insuficiente. Admitir como verdadeiro o fato de que as diferentes teorias e os esforços sinceros dos cientistas tenham resultados menos racionais e mais discordantes entre si, não implica em negar um mundo real.

Também relacionado ao argumento de Kuhn, um quarto desafio impõe-se ao realismo externo: a subdeterminação das teorias pelos dados. Este argumento acusa que uma mudança de sistema explicativo muitas vezes desconsidera o valor verdade da teoria, e o faz somente por questões práticas. Seria o caso, por exemplo, de quando se abandonou a teoria geocêntrica em favor da heliocêntrica: “Não se descobriu que o sistema geocêntrico de Ptolomeu era falso e o sistema heliocêntrico, verdadeiro. [...] Abandonamos o primeiro porque o segundo era mais simples e nos permitia fazer melhores previsões sobre eclipses, paralaxes e coisas assim” (SEARLE, 2000, p.32). Ou seja, o caso é que as teorias são subdeterminadas pelos dados, e não que respondem a uma relação de correspondência com uma realidade. Porque não existe tal realidade, diria, enfim, um crítico do realismo externo.

Sem alongar o debate, Searle observa que a transição de uma teoria para outra “não mostra que não há uma realidade que exista de forma independente, pelo contrário, o debate só é *inteligível* para nós se partimos do pressuposto de que tal realidade *existe*” (SEARLE, 2000, p.32). Ou seja, o argumento da subdeterminação das teorias pelos dados acaba por clarear que o debate mais importante é sobre objetos reais, inclusive parecendo cobrar que as teorias devem dar conta destes, e não de questões outras, como subdeterminar-se pelos dados. Nada disso se pode fazer sem a admissão de um mundo real.

## 4 CONCLUSÃO

Apresentados os argumentos contrários ao realismo e, feita a sua defesa, responde-se aos desafios, seja do idealismo em suas distintas versões, seja do perspectivismo como tendência contemporânea e seus derivados. Mesmo que os argumentos favoráveis ao antirrealismo pareçam sofrer de relativa debilidade — pois se mostram ora insuficientes, ora pressupondo o que pretendem negar — questiona-se sobre o que motiva o antirrealismo contemporâneo.

O efeito psicológico das guerras e outros usos desastrosos da ciência foram e continuam sendo razões fortes para críticas ao elogio exacerbado que os iluministas fizeram da razão. Do mesmo modo, podemos citar o modelo técnico de administração da sociedade em seus mais diversos aspectos. É cabível uma crítica ao Iluminismo, sobretudo no campo político. Isso, porém, não parece justificar a negação do realismo — afirmação de um mundo real, inteligível, e sua implicação sobre nossa capacidade em conhecê-lo. Não havendo, conforme exposto até aqui, motivações epistemológicas para negarmos o realismo externo, resta uma com força psicológica, cuja finalidade satisfaz um desejo básico de poder. Esta motivação tem ares de algo egoístico, uma negação de estar à mercê do mundo real. Constitui uma fuga: se não há um mundo real para conhecer, é inútil qualquer esforço. Há quase uma gratuidade em, mesmo diante da *posição-padrão*, do *Pano de Fundo*, persistir negando que há um mundo real, porque tal negativa parece ignorar uma tradição de sujeitos que, ao longo do tempo, empreenderam esforços no sentido de produzir conhecimento sobre o mundo. Assim, devemos cobrar de nós novos esforços, ainda que, conforme é ilustrado na história, o conhecimento que produzimos do mundo é sujeito ao erro, o que não implica a impossibilidade de acertos. Radicalmente falando, somente alguém que tivesse conhecido o exato início e o exato fim da história do conhecimento (ou seja: alguém que tivesse presenciado a primeira e a última tentativa de conhecer o mundo, e assistido ao esgotamento de todas as possibilidades teóricas) teria autoridade para dizer, finalmente: “Não há um mundo real, nem há conhecimento sobre ele”.

## REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. O que é a ilustração. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1990. 2v. p. 83-85.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.11-36.

SEARLE, John. Metafísica Básica: realidade e verdade. In: *Mente, Linguagem e Sociedade – filosofia no mundo real*. Tradução: F. Rangel; revisão técnica: Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: 2000, Rocco, p.11-43.